

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS submete, à apreciação dos senhores Acionistas, o relatório da administração, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Em um cenário marcado pela volatilidade da economia, superando as expectativas a PBGÁS apresenta sinais de retomada de crescimento, resultado da estratégia de buscar a melhora de seus processos internos e estreitar relacionamento com o mercado, primando pelo Compliance, para se adaptar ao novo ambiente.

Com a missão de colaborar com o desenvolvimento do estado da Paraíba, a diretoria assume o compromisso de seguir trabalhando com qualidade e excelência na prestação do serviço de gás canalizado, agregando valor em consonância com os seus direcionadores estratégicos.

O resultado econômico e financeiro da PBGÁS para 2017, foi acima da expectativa da Companhia, visto que, mesmo atuando em um mercado extremamente recessivo, com praticamente todas as indústrias atendidas, um baixo crescimento industrial no setor e que, apesar dos esforços, uma queda nos volumes industriais no estado da Paraíba, a Companhia obteve um excelente Resultado Líquido em 2017.

O desenvolvimento dos consumidores residencial e comercial possibilitou o aumento da competitividade do gás natural nos demais segmentos, pois a medida que o varejo ganha importância em volume, a Companhia terá um grau maior de liberdade para gerenciar mais ativamente a competitividade do gás natural em suas diversas aplicações, via margens de distribuição.

GEORGE VENTURA MORAIS
Diretor-Presidente

GIOVANE SILVA DA ROSA
Diretor Administrativo e Financeiro

JAILSON JOSÉ GALVÃO
Diretor Técnico-Comercial

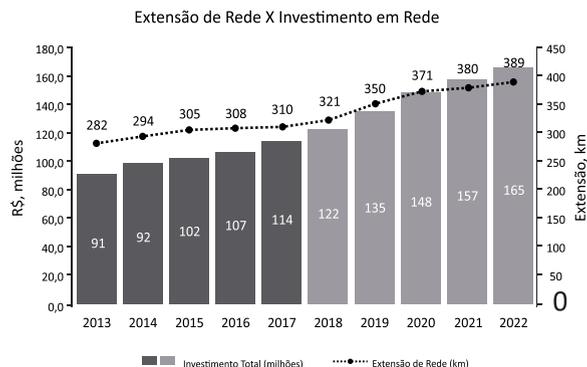
2. A EMPRESA

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS teve sua criação autorizada pela Lei Estadual 5.680 de 17 de dezembro de 1992. Em 30 de dezembro de 1994 foi formalizado o contrato de Concessão para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba.

Desde a sua criação, a PBGÁS tem investido em infraestrutura de dutos de distribuição, realizando estudos técnicos e de mercado necessários à garantia de melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás canalizado no Estado, atendendo a clientes dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais. Projeta-se, até o final de 2018 uma rede de distribuição com 321 km de extensão.

Atualmente, a rede de distribuição da Companhia está presente em onze municípios do Estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A PBGÁS também atende com GNC, através do modal rodoviário, os municípios de Guarabira, Patos e Remígio.

A meta plurianual da Companhia prevê uma expansão média de 16 (dezesseis) km de rede por ano, no período de 2018-2022, projetando-se um acumulado total de 389 km de extensão de gasoduto até o final desse período, com investimento estimado de 165 milhões de reais até 2022. Destaca-se, em 2018-2019, especificamente, o Projeto Fortaleza de Santa Catarina, com previsão de conclusão para o ano de 2019, cuja implantação prevê a construção de 13,7 km de gasoduto, ampliando o Sistema de Distribuição da PBGÁS até o Porto de Cabedelo.



3. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

VISÃO: Ser até 2020 uma companhia reconhecida por sua responsabilidade socioambiental e pela promoção da eficiência energética.

MISSÃO: Comercializar e distribuir gás canalizado no Estado com qualidade, segurança, sustentabilidade e inovação, criando valor para sociedade, clientes e acionistas, contribuindo para o desenvolvimento da Paraíba.

PRINCÍPIOS: Ética, satisfação dos clientes, responsabilidade socioambiental e excelência da gestão.

VALORES: Ética, confiança, honestidade e respeito ao outro.

4. GOVERNANÇA

A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é formada por órgãos colegiados e Diretoria Executiva: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Conselho Fiscal e Diretoria Executiva

5. ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração composto por: Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti – Estado da Paraíba; Gilberto Carneiro Da Gama – Estado da Paraíba; Sheyner Yasbeck Asfora – Estado da Paraíba; Marcus Vinícius T. Peçanha – GASPETRO; e Raimundo Barretto Bastos – MGEB.

O Conselho Fiscal constituído por: Paulo Márcio Soares Madruga - Estado da Paraíba; Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves – GASPETRO; Vitor Hill De Oliveira Alves Pessoa – MGEB.

A Diretoria Executiva formada por: George Ventura Morais – Presidente; Jailson José Galvão – Diretor Técnico-Comercial; e Giovane Silva da Rosa – Diretor Administrativo e Financeiro.

6. ACIONISTAS

A PBGÁS tem como acionista majoritário o ESTADO DA PARAÍBA, que participa com 51% das ações ordinárias e 17% do capital total, a GASPETRO, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), participa com 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do capital total, e a MITSUI Gás e Energia do Brasil, uma holding controlada pela Mitsui & Co. Ltda. (Japão) que possui participação societária de 41,5% do capital total e 24,5% das ordinárias.

Acionistas	Ações Ordinárias	Capital Total
Gov. Paraíba	51%	17%
Petrobras	24,5%	41,5%
Mitsui	24,5%	41,5%

7. RECURSOS HUMANOS

A PBGÁS entende que não apenas o cenário econômico passa por mudanças. Esse movimento faz parte de uma mudança maior, de paradigmas no mundo dos negócios. Torna-se necessário pensar como se já estivéssemos no futuro, em busca de soluções para uma situação que ainda desconhecemos. Nesse contexto, o papel da empresa é entender o ambiente no qual estamos trabalhando e reformular a gestão por desempenho, através de um sistema integrado.

As pessoas constituem o ativo intangível e um diferencial competitivo em qualquer atividade empresarial. Deste modo, uma gestão voltada ao desenvolvimento de lideranças, programas de treinamentos de pessoal e benefícios e tem sido um objetivo constante para a Companhia.

Buscando ampliar competências, durante o ano de 2017 realizamos campanhas e palestras de conscientização, cursos e treinamentos específicos para áreas técnica e administrativa, além de participações em seminários, feiras de exposições e conferências do segmento de Gás Natural e suas Tecnologias. Entre eles, destacamos:

Campanhas e palestras de conscientização: Prevenção aos Acidentes de Trânsito; Esclerose Múltipla; Câncer De Mama; e Câncer De Próstata.

Cursos, treinamentos específicos da área técnica: Treinamento NR 33 – Espaço Confinado; Primeiros Socorros; Inspeção e Manutenção de Sistemas de Proteção Catódica em Dutos Terrestre; Atmosferas Explosivas para Profissionais de SMS da Distribuição de Gás Canalizado; e Direção Defensiva e Evasiva.

Cursos, seminários e treinamentos para a área administrativa: Direito da Energia e Sustentabilidade; Curso Contratos de Concessão; Lei de Acesso a Informação e Portal da Transparência; Médio em Gestão Pública; Aperfeiçoamento em Gestão Pública; Gestão de Pessoas; Controle Interno; Gestão de Contratos; Gestão Estratégica de Vendas na Medida; Marketing na Medida; Curso “e-Social – Análise Prática Do Leiaute Web”; Escrita Fiscal 2.0; NSBA (Network Security Basic Administrator); e Seminário Paraibano de Licitações e Contratações Públicas;

Até dezembro de 2017 a Companhia investiu 11% das despesas totais com benefícios e treinamentos de pessoal. Para o período 2018-2022 estima-se aplicar aproximadamente 10,48% em treinamentos e benefícios.”

8. BUSCA PELA EXCELÊNCIA

Ao longo dos últimos anos a PBGÁS vem procedendo a mudanças e adequações significativas em sua gestão buscando permanentemente sua maturidade empresarial. Neste contexto a Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade que está alicerçado em um conjunto de Conceitos Fundamentais e estruturado em Critérios e Requisitos com foco no estímulo à organização para obtenção de respostas, por meio de práticas de gestão, sempre com vistas à geração de resultados que a torne mais competitiva.

Verifica-se um avanço significativo da pontuação MEG (FNQ) no período de 2011 se comparado ao ano de 2015, com uma variação positiva de 67,3% obtida comparando a avaliação das práticas de gestão nestes anos (336,5 pontos em 2015 contra 157,5 pontos em 2011). Em 2016 a avaliação das práticas de gestão obteve 281,88 pontos.

9. RESPONSABILIDADE SOCIAL, DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

A responsabilidade Social sempre está na pauta da PBGÁS com apoio aos projetos de incentivo a cultura e ao esporte. As ações empreendidas permitem que se visualize o forte comprometimento com os princípios e valores preconizados nas suas declarações de identidade organizacional, bem como com a materialização da visão 2020, tornando concreto parte importante do seu patrimônio; seus ativos intangíveis.

Em 2017, a PBGÁS investiu no Esporte com o apoio financeiro a Associação Atlética das Pessoas com Deficiência (AAPD), que possui equipes de basquete em cadeira de rodas e atletismo.

O apoio da companhia serviu para arcar com as despesas de aluguel e pagamento das contas da sede da entidade que serve de base para os atletas, inclusive alguns que moram em outros municípios se estabelecerem dignamente nos períodos de treinos e competições.

A equipe de basquete da AAPD vem representando bem a Paraíba disputou este ano a 1ª divisão no campeonato brasileiro de basquete sobre rodas.

INCENTIVO À CULTURA E PATROCÍNIO

Na cultura, por meio da Lei Rouanet, a PBGÁS apoiou o projeto Interatos, parceria do grupo de teatro Lavoura com o Espaço Cultural. Foram ao todo 24 apresentações ao longo do ano nas áreas de teatro, dança e circo com destaque para a abertura com o multicultural Antônio Nóbrega e artistas locais como Edilson Alves, Dadá Venceslau e Mayra Montenegro.

Apoio financeiro para a realização no mês de agosto da I Corrida da Polícia Civil com a participação de quatro atletas que são funcionários da companhia que receberam o kit de competidor. A marca da PBGÁS foi exibida nos folders, cartazes, banners durante a competição.

Patrocínio ao livro A União-Escola de Jornalismo, organizado pelo jornalista Josélio Carneiro com textos de 100 jornalistas que passaram pelo jornal que no próximo mês de fevereiro completa 125 anos.

APOIO INSTITUCIONAL PARA DONOS DO AMANHÃ

A Companhia e seus funcionários realizam duas vezes ao ano campanhas de doação de suplemento alimentar de vitaminas e minerais para ajudar a combater as carências minerais em crianças que fazem tratamentos contra câncer e são assistidos na instituição Donos do Amanhã. Em média são doadas 350 unidades por ano para as crianças atendidas.

DEMAIS AÇÕES DE SMS

A Companhia desenvolve suas atividades com base nas 15 diretrizes de SMS, sendo o modelo de gestão estrategicamente adotado, promovendo entre outras as ações de Diálogo Diário de Segurança, sistemática para identificação de Aspectos e Avaliação de Impactos Ambientais, identificação de Perigos e Avaliação e Controle de Riscos. Também promove as ações da CIPA com destaque para a semana de prevenção de acidentes (SIPATMA).

INTEGRANTE DO COMITÊ GESTOR DA MATA DO XÉM- XÉM

No âmbito da Responsabilidade Ambiental a Empresa integra o Comitê Gestor da mata do Xém-Xém e junto com outras entidades participou da elaboração de um plano de manejo e de visitação para o parque localizado em Bayeux. Assim como ação de reflorestamento de mais de 1 hectare de mata atlântica com plantação de mudas nativas e exóticas.

10. RESULTADOS 2017

Atualmente a rede de distribuição da PBGÁS conta com 310,8 Km de extensão, sendo 240,4 km em aço e 70,4 km em PEAD, atendendo 11 municípios do estado. São atendidas pelo sistema de dutos os municípios de: João Pessoa e Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A Companhia também atende 3 outros municípios: Guarabira, Patos e Remígio, com gás natural comprimido (GNC), transportado através de carretas tipo feixe, abastecidas na cidade de Campina Grande, totalizando, dessa forma, 14 municípios atendidos.

Em 2017, a Companhia comercializou 97.289.804 m³ de gás natural, uma média de 266,43 mil/m³ diários que atendeu um total de 14.719 clientes, sendo 37 industriais, 37 automotivos, 14.415 residenciais e 230 comerciais, um crescimento de 2.297 novos consumidores em relação a 2016.

Considerando a segmentação do mercado consumidor da Companhia obtemos a seguinte distribuição: Industrial, 64,1%; Veicular (GNV), 32,9%; Comercial, 1,8%; e Residencial, 1,2%.

No âmbito do segmento industrial as principais atividades econômicas que utilizam o gás natural em seus processos fabris são: Cerâmica; Têxtil; Bebidas e Alimentos; Calçados; Papel e Celulose; Química; e Metalurgia.

O mercado industrial na Grande João Pessoa, representado pelos

setores cerâmico, têxtil e de calçados, apresentou uma média de consumo, em 2017, de aproximadamente 169 mil m³/dia que atendem a 24 clientes, representando 87% do volume diário comercializado. Os 13% do volume restante atende a onze clientes em Campina Grande e um no município de Ingá.

O mercado automotivo (GNV e GNC), por sua vez, com média de consumo em 2017 de 86,6 mil m³/dia está concentrado na Grande João Pessoa, com 27 postos, representando 75% do volume vendido para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 6 postos oferecendo o produto, o volume comercializado é da ordem de 16% do total. Um posto em Caldas Brandão, município localizado entre as cidades de João Pessoa e Campina Grande, com 3% do volume total e, totalizando este segmento, outros três postos abastecidos por GNC são responsáveis pelos 6% restantes.

O mercado residencial/comercial encontra-se em fase de desenvolvimento, com previsão de atingir até o final de 2022 aproximadamente 32.221 unidades consumidoras individuais residenciais e 570 unidades consumidoras individuais comerciais.

INVESTIMENTOS

Para 2017, foram previstos investimentos da ordem de R\$ 8,5 milhões concentrados principalmente na Modernizações das Estações (47,1%) e Saturação nos bairros de João Pessoa e de Campina Grande (24,4%). Além disto, os recursos foram aplicados também em itens de Expansão, Segurança e Gestão.

Os investimentos em saturação e expansão adicionaram aproximadamente 3 mil metros de dutos de distribuição, totalizando uma extensão de 310,8 km de Rede de Distribuição de Gás Natural.

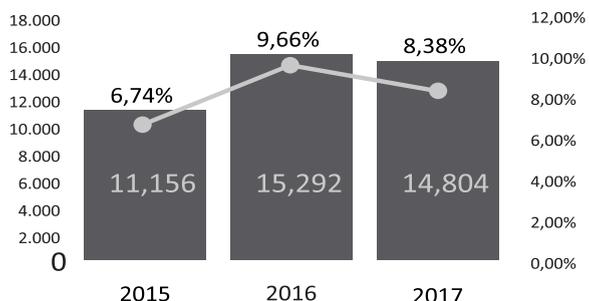
RECEITA BRUTA

A receita bruta realizada foi inferior à prevista em 2,8%, influenciada diretamente pelo volume de vendas 8,4% abaixo do orçado e inversamente pela tarifa média do ano acima da previsão orçamentária em 6,1%, devido ao custo unitário do gás maior que o orçado. A receita bruta alcançou o montante de R\$ 176,6 milhões.

EBITDA

O EBITDA (lucro antes da despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização) obtido em 2017 foi de R\$ 14,8 milhões.

PERCENTUAL DO EBITDA SOBRE À RECEITA BRUTA



FLUXO DE CAIXA

O saldo de caixa no final de 2017 foi de R\$ 28,9 milhões, valor este decorrente das atividades operacionais e de investimentos.

Para 2018 está previsto o pagamento integral da distribuição dos lucros, relativo ao exercício de 2017, na forma de Juros sobre Capital Próprio (JSCP) em abril de 2018, no montante de R\$ 4,2 milhões, e de Dividendos Adicionais no montante de R\$ 4,1 milhões em duas parcelas, sendo a primeira em abril e a segunda em setembro de 2018.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido alcançou R\$ 10,2 milhões em 2017, ou seja, 33,9% acima do projetado, influenciado pelos seguintes fatores: Reajuste de margem unitária aplicado às tarifas; Menor custeio ao longo do período; Maior receita financeira; Outras receitas operacionais não orçadas (principalmente pela atualização contábil do saldo de QPNR (Quantidade Paga e Não Retirada), junto a Petrobras; Outras despesas operacionais não orçadas (principalmente pela incidência de CNU / SoP (Capacidade Não Utilizada), junto a Petrobras; e Menor depreciação devido à menor ativação de investimento no período.

11. PLANO DE INVESTIMENTOS

No horizonte dos próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um total de R\$ 54,4 milhões, dos quais R\$ 41,3 milhões em rede de distribuição (expansão, saturação e melhoria).

Para 2018, a previsão é de realização de um investimento total da ordem de R\$ 10,7 milhões, com destaque para os seguintes projetos: Expansão Residencial e Comercial – João Pessoa (R\$ 2,1 milhões); Expansão Residencial e Comercial – Borborema (R\$ 1,1 milhões); Saturação Industrial através da ligação de 6 indústrias (R\$ 1,2 milhões); Saturação Residencial e Comercial – João Pessoa (R\$ 684,5 mil); Saturação Residencial e Comercial – Borborema (R\$ 531,2 mil); Melhorias – Modernização das estações (R\$ 130 mil); Melhorias – Materiais e Equipamentos (R\$ 695 mil); Melhorias – O&M (R\$ 90 mil); Estudos e Projetos (R\$ 50 mil); Gestão – ERP / GGÁS (R\$ 480 mil); Gestão – Informática (R\$ 265 mil); Gestão – Móveis e utensílios (R\$ 1,2 milhões); Gestão – Reformas em imóveis (R\$ 260 mil); Pessoal em projetos de engenharia (R\$ 1,8 milhões).

Nas estimativas para o plurianual 2019 a 2022, merecem destaque: Projeto Fortaleza de Santa Catarina (Porto de Cabedelo) até 2020 (R\$ 6,3 milhões); Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Borborema até 2022 (15,2 milhões); Saturação Industrial (R\$ 5 milhões); Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial João Pessoa e Borborema até 2022 (5,9 milhões); Melhorias - Materiais e Equipamentos até 2022 (R\$ 1,7 milhões); Melhorias – O&M até 2022 (R\$ 630 mil); Gestão – ERP/GIS em 2019 (459 mil); Gestão – Imóveis/Reformas até 2020 (R\$ 150 mil).

A tabela abaixo apresenta a previsão de investimento para o período de 2018-2022.

Item	2018	2019	2020	2021	2022
Total	10.7	13.4	13.6	8.1	8.6

Investimento, 2018-2022, milhões de R\$

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - Em milhares de Reais

Ativos Circulantes	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalentes de caixa	9	28.931	25.177
Contas a receber de clientes	10	7.282	5.608
Contas a receber de parte relacionadas	10 e 22	660	569
Estoques		2.042	3.275
Tributos a recuperar	11	1.351	2.035
Despesas antecipadas		219	219
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	12 e 22	9.610	13.860
Outros ativos		805	184
Total dos ativos circulantes		50.899	50.928
Ativos não circulantes			
Depósitos judiciais		198	143
Outros ativos		993	993
Intangível	13	37.437	36.255
Total dos ativos não circulantes		38.629	37.392

Passivos Circulantes	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores	14 e 22	8.362	6.481
Empréstimos e Financiamentos	15	1.116	1.116
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	16	1.907	1.694
Tributos a pagar		1.271	600
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18 e 22	3.685	3.452
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	19	206	51
Outros passivos	17	262	2.773
Total dos Passivos Circulantes		16.810	16.167
Passivos não circulantes			
Empréstimos e financiamentos	15	1.116	2.232
Débitos nas operações de venda e gás	19	3.976	3.503
Provisão para contingências	20	1.446	1.255
Total dos passivos não circulantes		6.539	6.990
Capital Social		54.575	53.667

Total dos ativos	89.528	88.320
-------------------------	---------------	---------------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Reserva de lucro		7.472	8.777
Dividendos adicionais propostos	18	4.123	2.719
Total do Patrimônio líquido		66.180	65.163
Total do passivo e patrimônio líquido		89.528	83.320

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

		Capital Social	Reserva de lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Incentivos Fiscais	Reserva P/ Contingência			
Saldos em 01 de Janeiro de 2016		53.089	5.158	578	-	2.311	-	61.137
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção Sudene	21	578	-	(578)	-	-	-	-
Constituição de Reserva para Contingência		-	-	-	2.311	(2.311)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.968	7.968
Destinação de Lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal		-	389	-	-	-	(389)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	909	-	-	(909)	-
Dividendos adicionais propostos	18	-	-	-	-	2.719	(2.719)	-
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(3.942)	(3.942)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		53.667	5.556	909	2.311	2.719	-	65.163
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção Sudene	21	909	-	(909)	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	(2.719)	-	(2.719)
Reversão da reserva para contingência	21	-	-	-	2.311	-	-	(2.311)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.256	10.256
Destinação do Lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal		-	513	-	-	-	(513)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	-	1.402	-	-	(1.402)	-
Complemento de Dividendos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	18	-	-	-	-	4.132	(4.132)	-
Juros sobre capital próprio	18	-	-	-	-	-	(4.209)	(4.209)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		54.576	6.070	1.402	-	4.132	-	66.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
Em milhares de reais

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas	188.295	165.965
Vendas de produtos e serviços	183.586	162.293
Outras receitas	4.709	3.672
Insumos adquiridos de terceiros	(110.371)	(95.908)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(91.994)	(78.401)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.377)	(17.507)
Valor adicionado bruto	77.924	70.057
Amortização	(5.215)	(5.565)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	72.708	64.492
Valor adicionado recebido em transferência	3.346	3.425
Receitas financeiras	3.346	3.425
Valor adicionado total a distribuir	76.054	67.917
Distribuição do valor adicionado	76.054	67.917
Pessoal	10.334	9.940
Remuneração direta	7.819	7.728
Benefícios	2.000	1.735
FGTS	514	477
Impostos, taxas e contribuições:	53.556	48.217
Federais	20.172	17.663
Estaduais	33.374	30.547

	31/12/2017	31/12/2016
Municipais	10	8
Remuneração de capitais de terceiros:	1.908	1.791
Juros	957	711
Aluguéis	952	1.081
Remuneração de capitais próprios:	10.256	7.968
Juros sobre capital próprio	4.209	3.942
Dividendos	4.132	2.719
Lucros retidos	1.915	1.307
Valor adicionado distribuído	76.054	67.917

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA
Em milhares de reais

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	10.256	7.968
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização	5.292	5.896
	15.910	13.864
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.673)	517
Contas a receber de parte relacionadas	(92)	(19)
Estoques	1.234	(740)
Tributos a recuperar	685	1.596

Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	4.251	(13.860)
Despesas antecipadas	0	71
Outros ativos	(621)	(42)
Realizáveis a longo prazo	(55)	10.014
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.881	69
Empréstimos e Financiamentos	(0)	3.348
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	213	227
Tributos a pagar	672	(663)
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	155	1.420
Outros passivos	(2.511)	896
Outros não circulante	(451)	458
Caixa Proveniente das operações	19.597	17.156
Juros pafos empréstimos	228	-
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	19.825	17.156
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(6.836)	(4.829)
Baixa intangível	362	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	(6.474)	(4.829)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pafos	(5.030)	-
Juros capital próprio pagos	(3.451)	(2.173)
Pagamento de empréstimo (principal)	(1.116)	-

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	(9.597)	(2.173)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.754	10.154
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.177	15.023
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28.931	25.177

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO Em milhares de reais

	Notas	31/12/2017	21/12/2016
Receita líquida - Venda de Gás e Serviços	23	126.934	113.063
Receita de Construção (CPC 30 - ICPC 01)	23	6.943	4.047
		133.877	117.110

Custo dos produtos vendidos	24	(99.369)	(85.921)
Custo de Construção (CPC 17 - ICPC 01)	24	(6.943)	(4.047)
		(106.312)	(89.968)
Lucro bruto		27.565	27.142
Receitas (Despesas) operacionais		(18.187)	(20.984)
Despesas comerciais	25	(3.213)	(3.264)
Despesas gerais e administrativas	26	(14.764)	(14.151)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(210)	(3.569)
Lucro antes do resultado financeiro		9.378	6.158
Receitas financeiras	28	3.346	3.425
Despesas financeiras	28	(957)	(711)
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		11.767	8.873
Imposto de renda	29	(2.105)	(1.312)

Incentivo fiscal Sudene	29	1.402	909
Contribuição social	29	(808)	(500)
Lucro líquido do exercício		10.256	7.968
Lucro básico e diluído por ação	30	6,60	5,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - Em milhares de Reais

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	10.256	7.968
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangente total do exercício	10.256	7.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos

de distribuição de gás canalizado assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os consumidores e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a

moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 13 - Intangível (Contratos de concessão – determinação dos bens sujeitos a concessão).

Notas Explicativas nº 23 e 24 – Receita e Custo (Serviços de construção – classificação da receita e custo de construção)

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 20 – Provisões para contingências.

Nota Explicativa nº 33 – Instrumentos financeiros.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo, se houver, no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

5 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência.

B. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reverte o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando esta transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: recebíveis e aplicações financeiras.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis (encargos, juros e multas, se houver).

Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

C. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência.

D. Estoques

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades, refletindo o plano de negócios da Companhia para os períodos e exercícios seguintes, avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

E. Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido

na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 13.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

F. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações e indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda

incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

As provisões e possíveis baixas contábeis são previstas no orçamento anual seguindo os dispositivos contidos na Lei 13.097/15 - Artigo 8º, tornando assim, o processo de evidenciação de perdas mais claro e objetivo.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, que não os estoques e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

G. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

H. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Conforme nota explicativa 29 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE.

I. Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou

obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, como receita e custo operacional.

J. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (CDI) e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, entre outras, as despesas bancárias, juros e multas.

K. Tributação

i. Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

i.i. Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, vide nota explicativa nº 23.

Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

7 Gerenciamento de risco financeiro visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de juros
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, as políticas e os processos para a mensuração, o gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por esta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração e revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Esta, através de suas normas e seus procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e as suas obrigações.

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em função de suas aplicações financeiras serem remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que reflete as oscilações do mercado financeiro e, quanto a sofrer perdas, a Companhia informa que não possui passivos indexados às taxas de juros de mercado.

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro ou de um cliente na falha em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes.

Para atenuar ou mesmo mitigar este risco, a Companhia segue a política corporativa aprovada por seus acionistas que especifica os procedimentos que ditam como e onde devem ser alocadas suas disponibilidades de caixa, bem como a forma de gerenciamento da carteira. Portanto, a Companhia realiza suas aplicações financeiras em instituições notoriamente sólidas que operam no mercado brasileiro e que tenham, em média, patrimônio líquido acima de R\$ 40 bilhões.

Quanto ao gerenciamento de risco de crédito de clientes, a Companhia tem seguido as Instruções Normativas aprovadas pelos acionistas que tratam da inadimplência e da avaliação de crédito de sua carteira de usuários. Para clientes com perfil de consumo a partir de 1.000 m³ diários, os contratos de fornecimento firmados possuem cláusula de obrigatoriedade de garantia contratual, em geral nas modalidades fiança, caução ou aval.

Com uma postura preventiva, a Companhia periodicamente monitora, no âmbito do crédito e de mercado, sua carteira de clientes cativos, a fim de mitigar situações de default. Atualmente, utiliza-se de produtos ofertados pela Serasa Experian para prevenção e protesto de títulos em cartório para dar maior celeridade na recuperação de créditos. A judicialização de cobranças é usada nos casos em que foram expirados todos os meios e prazos regulamentares de negociação administrativa.

Risco de liquidez

A Companhia adota postura conservadora no gerenciamento da liquidez corrente, buscando preservar uma caixa razoavelmente equilibrado, a fim de cumprir com suas obrigações de curto prazo com os seus fornecedores. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo, a capacidade de pagamento dentro dos prazos contratados, visando sempre a um horizonte de boa reputação no mercado, garantindo, pois, preços justos e competitivos dos seus parceiros comerciais.

A Companhia faz o acompanhamento contínuo de seu fluxo de caixa, usando-o como ferramenta de gestão operacional (curto prazo) e gestão estratégica (médio e longo prazos). Desta forma, há uma maior e melhor previsibilidade de disponibilidades a fim de realizar procedimentos e contramedidas nos momentos de sobra ou escassez de capital financeiro em conta movimento. Caso haja o descasamento no seu ciclo operacional de contas a pagar/receber, a Companhia poderá lançar mão de resgates de suas aplicações financeiras, uma vez que todas são de liquidez diária. Em possibilidades extremas, vislumbradas nas projeções de fluxo de caixa, a Companhia poderá se valer de fontes alternativas de capitalização junto a instituições financeiras com as quais possui relacionamento ou postergação no pagamento de dividendos ou retenção de lucros.

8 CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 (IFRS 15) estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (R1) (IAS 11) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva a partir de 01/01/2018.

O princípio fundamental do CPC 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a Companhia Paraibana de Gás reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na nota explicativa nº 6e.

- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 6i e 23;

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção, a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Os administradores da Companhia Paraibana de Gás também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima e entendem que as mesmas representam obrigações de desempenho distintas, aos quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a Companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Além de fornecer divulgações mais abrangentes sobre as transações de receita da Companhia Paraibana de Gás, a administração da entidade não espera que a aplicação do CPC 47 (IFRS 15) tenha um impacto sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações da Companhia.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa - fundo fixo	8	8
Bancos - conta movimento	887	1.491
Aplicações financeiras	28.045	23.185
Caixa e equivalentes de caixa	28.940	24.684
Valores em trânsito	(9)	493
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	28.931	25.177

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2017 girou em torno de 100% do CDI diário, sendo este o benchmark a ser atingido nas disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

10 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2017	31/12/2016
Segmento automotivo	2.453	2.023
Segmento industrial	3.706	2.866
Segmento comercial	678	446
Segmento residencial	434	253
Subtotal	7.271	5.588
Penalidade Contratual	11	20

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de clientes	7.282	5.608
Segmento automotivo – partes relacionadas	660	569
Contas a receber de clientes partes relacionadas	660	569
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	7.942	6.177

A. Por vencimento

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer		
1 a 30 dias	7.677	5.947
Vencidos		
31 a 60 dias	224	160
61 a 90 dias	2	5
Acima de 90 dias	39	65
	266	230
Contas a receber de clientes	7.942	6.177

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 39 (R\$ 65 em 31/12/2016) que representam os títulos vencidos acima de 90 dias.

B. Critérios de mensuração da provisão (impairment)

O critério que a Companhia adota para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é baseado na análise individual do saldo de cada cliente. Esta provisão deverá ser realizada para cobrir as perdas estimadas na cobrança do “contas a receber de clientes”, constituídas em montantes julgados suficientes. Para o ano de 2017 não foi constituída provisão em razão dos critérios adotados pela Companhia embasarem a tal

11 Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF	353	257
IRPJ Estimativa	481	1.117

IRPJ Saldo Negativo	110	-
CSLL Estimativa	351	631
CSLL Saldo Negativo	29	-
ICMS	27	30
	1.351	2.035

12 Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2017	31/12/2016
Crédito nas operações de aquisição de gás (a)	9.610	13.860
	9.610	13.860

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação

13 Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão.

a. Composição

	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.080	(765)	314	1.056	(667)	389
Hardware	2.055	(1.323)	732	2.051	(1.160)	891
Rede de Distribuição	77.128	(58.496)	18.632	73.290	(55.601)	17.689
Ramais	33.355	(27.469)	5.887	33.349	(25.591)	7.758
Outros	2.400	(1.990)	410	2.381	(1.833)	548
Intangível em formação (*)	10.247	-	10.247	7.697	-	7.697

Intangível concessão	126.569	(90.043)	36.526	120.128	(84.852)	35.276
Direitos de uso de softwares	1.846	(935)	911	1.813	(834)	979
	128.415	(90.978)	37.437	121.941	(85.686)	36.255

(*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

Contratos de concessões	Taxa de Amortização % a.a.	31/12/2017				31/12/2016			
		Saldo inicial	Adições	Baixa	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Baixa	Saldo final
Custo		120.128	6.803	362	126.569	115.305	4.823	-	120.128
Amortização	10	(84.852)	(5.191)	-	(90.043)	(79.056)	(5.796)	-	(84.852)
		35.276	1.612	362	36.526	36.249	(973)	-	35.276
Softwares e direitos de uso									
Custo		1.813	33	-	1.846	1.807	6	-	1.813
Amortização	10	(834)	(101)	-	(935)	(734)	(100)	-	(834)
		979	(68)	-	911	1.073	(94)	-	979
Total do intangível		36.255	1.544	(362)	37.437	37.322	(1.067)	-	36.255

Foi apropriado como despesa com amortização no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 5.292 (R\$ 5.896 em 31/12/2016) e o total de adições no exercício líquido das baixas/transferências que afetou caixa foi de R\$ 6.474 (R\$ 4.829 em 31/12/2016).

14 Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 22)	6.392	5.181
Fornecedores de materiais e serviços	1.970	1.300
	8.362	6.481

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

15 Empréstimos e Financiamentos

A Companhia recebeu, em 02/12/2016, o repasse no valor total de R\$ 3.348 do Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), proveniente de contrato de financiamento de obra de infraestrutura em rede de distribuição denominado, Projeto Borborema, na cidade de Campina Grande/PB. O montante será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, com a primeira em 02/01/2017 e a última em 02/12/2019, com taxa de juros prefixada em 7,004% ao ano.

A fiança garantidora do financiamento foi emitida pelo Banco Bradesco S/A, com cobertura sobre o total do contrato do BNB, remunerada à taxa de 3% ao ano sobre o saldo devedor da operação - vis-à-vis, não havendo cláusula de índice financeiro (covenants).

	31/12/2017	31/12/2016
Financiamento BNB - Circulante	1.116	1.116
Financiamento BNB – Não Circulante	1.116	2.232
	2.232	3.348

16 Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	1	-
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	387	350
Provisão para férias e encargos	1.102	1.025
Participação nos lucros e resultados	417	319
	1.907	1.694

17 Outros passivos

	31/12/2017	31/12/2016
Parcelamento Fiscal	-	167
Penalidade Contratual *	229	2.493
Outros passivos	33	113
Total circulante	262	2.773

* Penalidade contratual: Refere-se à penalidade mensal não recuperável que tem por objetivo remunerar a estrutura de transporte disponibilizada pela Petrobras. Sempre que a Companhia não realizar o consumo mínimo previsto contratualmente, a Petrobras emite nota de débito da diferença contratada e não consumida referente ao período.

A redução de saldo se deve pela celebração do aditamento nº 7 junto à supridora que estabeleceu novo volume de referência para o cálculo da penalidade. Reconhecemos na rubrica de outras despesas operacionais sem direito à recuperação.

18 Dividendos e JSCP a pagar

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia decidiu, de acordo com a Lei nº 9.249/95, pagar juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) do exercício. O montante dos juros remuneratórios do capital calculado no valor de R\$ 4.209 foi contabilizado como despesa financeira conforme determina a legislação fiscal.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	10.256	7.968
(-) Reserva legal	(513)	(398)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(1.402)	(909)

	8.341	6.661
Lucro líquido a ser distribuído		
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	4.132	2.719
JSCP	4.209	3.942
(-) IRRF JSCP	(524)	(490)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	7.817	6.171

Na AGE de 21/12/2017 foi aprovado o crédito de R\$ 4.209 mil de Juros Sobre Capital Próprio aos acionistas, com pagamento em 30/04/2018, que após a incidência de imposto de renda na fonte, resulta no registro no passivo circulante no montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios (resolução CFC nº 1.195/09).

Assim, ficam à disposição dos acionistas no Patrimônio Líquido, em conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, o valor de R\$ 4.132 mil a título de dividendos adicionais propostos, em conformidade com proposta de distribuição integral do resultado do exercício de 2017, deduzidas a constituição da reserva legal e de incentivo fiscal, como demonstrado.

Os JSCP foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2017		
	Juros	IRRF	Líquido a pagar
Acionistas			
Estado da Paraíba	715	-	715
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.747	262	1.485
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.747	262	1.485
Total	4.209	524	3.685

	2016		
	Juros	IRRF	Líquido a pagar
Acionistas			
Estado da Paraíba	670	-	670
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	1.636	(245)	1.391
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	1.636	(245)	1.391
Total	3.942	(490)	3.452

Conforme 23ª AGO realizada em 07 de abril de 2017 foi aprovada a distribuição total dos dividendos do ano de 2016 com pagamento de JSCP no valor de R\$ 3.452 realizado no dia 28/04/2017 e dos dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 2.719 em 29/09/2017

19 Débitos nas Operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2017	31/12/2016
Conpel – Cia Nordestina de Papel	178	24
Petrobras Distribuidora S.A	20	20
Clientes diversos	8	7
Total circulante:	206	51

Cipatex do Nordeste S.A	1.277	1.217
Alpargatas S.A	840	730

20 Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2017 mantém registrada provisão para perdas em processos de natureza tributária de R\$ 25, trabalhista o montante de R\$ 173 e de natureza cível no montante de R\$ 1.248, decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
Fiscal	25	-
Trabalhista	173	7
Cível	1.248	1.248
	1.446	1.255

A Administração da Companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis, conforme segue:

Natureza	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Total
Cíveis (a)	1.248	-	1.248
Trabalhistas (b)	173	2.455	2.628
Tributária (c)	25	-	25
Total	1.446	2.455	3.901

(a) Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.248. Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	681
0000205-12.2016.815.0281	07/03/2016	157

(b) Trabalhistas: A Companhia possui processos trabalhistas e baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão no montante de R\$ 173, considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0001217-31.2016.5.13.0002	09/07/2016	7
0001632-08.2017.5.13.0025	21/11/2017	66
0132062-76.2015.13.0006	29/12/2015	100

Abaixo relação dos principais processos trabalhistas considerados como possíveis:

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0097500-61.2013.5.13.0022	09/07/2013	70
0097501-46.2013.5.13.0022	25/08/2014	1.637
0012900-42.2014.5.13.0000	28/05/2014	100
0000292-37.2015.5.06.0011*	10/03/2015	38
0000995-07.2016.5.06.0019*	25/07/2016	250
0001126-73.2016.5.06.0021*	04/08/2016	100
0001021-20.2016.5.06.0014*	25/07/2016	100
0000016-98.2016.5.13.0003*	08/01/2016	40
0000019-44.2016.5.13.0006*	08/01/2016	40
0000018-71.2016.5.13.0002*	08/01/2016	40
0000469-27.2016.5.13.0025*	28/03/2016	40

(c) Tributárias: A Companhia possui auto de infração lavrado pela Prefeitura Municipal e encontra-se em fase litigiosa.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
2012/000071-076091	28/12/2012	25

Encontra-se lavrado contra a Companhia auto de infração pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no valor de R\$ 25, em fase litigiosa.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, está assim demonstrada:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	1.255	681
Provisões efetuadas	191	574
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(-)	(-)
	1.446	1.255

21 Patrimônio líquido
a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 54.575 (R\$ 53.667 em 31/12/2016), compostos por 1.554.000 (1.528.124 em 31/12/2016) ações sem valor nominal, sendo 518.000 (509.376 em 31/12/2016) ações ordinárias e 1.036.000 (1.018.748 em 31/12/2016) ações preferenciais, todas de classe única. O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 e 2016 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social	31/12/2017
							R\$
Governo do Estado da Paraíba	264.180	51,0	-	-	264.180		9.277
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	126.910	24,5	518.000	50	644.910		22.649
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	126.910	24,5	518.000	50	644.910		22.649
Total	518.000	100	1.036.000	100	1.554.000		54.575

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social	31/12/2016
							R\$
Estado da Paraíba	259.784	51,0	-	-	259.784		9.123
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	124.796	24,5	509.374	50	634.170		22.272
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	124.796	24,5	509.374	50	634.170		22.272
Total	509.376	100	1.018.748	100	1.528.124		53.667

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2017 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 909 (578 em 31/12/2016), proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 25.876 (16.458 em 31/12/2016) ações, sendo 8.624 (5.486 em 31/12/2016) ordinárias e 17.252 (10.972 em 31/12/2016) preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) Reserva de incentivos fiscais: É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

(iii) Reserva para contingência: É constituída por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado, conforme expressa o art. 195 da Lei das Sociedades por Ações.

§ 1º A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva.

§ 2º A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda.

Em julho de 2017 foi realizada a reversão da Reserva para contingência no valor de R\$ 2.311 conforme pagamento aos acionistas atendendo a condição, para esta reversão, de apresentar saldo de fluxo de caixa superior a R\$ 10.000 e a reversão deste montante não alcançar o saldo mínimo de caixa dentro do Orçamento Plurianual.

22 Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado no período de 12 (doze) meses em 2017 e 2016, relativas a operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Transações	BR Distribuidora		Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita de vendas	12.301	11.693	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra de gás natural (*)	-	-	76.443	88.417	-	-	-	-	-	-
Contas a receber – Venda de gás natural	569	550	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito nas operações de aquis. de gás (*)	-	-	13.860	9.972	-	-	-	-	-	-
Fornecedor	-	-	5.181	4.896	-	-	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	-	-	1.391	875	1.391	875	670	423

(*) As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos

As transações de compra de gás natural estão garantidas através de contrato firmado entre a PBGÁS e a Petróleo Brasileiro S.A em 1º de abril de 2009, bem como seus aditamentos, cuja quantidade de gás estabelecida é de 315.000 m³/dia a partir de dezembro de 2016, conforme estabelecido em seu 7º aditamento.

23 Receita líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta		
Gás automotivo	61.310	52.899
Gás combustível	106.404	99.463
Gás residencial	4.328	2.802
Gás comercial	4.601	3.081
	176.643	158.245
(-) Imposto sobre faturamento		
ICMS	(33.370)	(30.544)
PIS	(2.914)	(2.611)
COFINS	(13.425)	(12.027)
Receita Líquida	126.934	113.063
Receita de Construção - ICPC 01	6.943	4.047

24 Custo dos produtos vendidos

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de gás natural (a)	(89.206)	(76.443)
Custo de distribuição	(5.411)	(4.399)
Amortização	(4.752)	(5.079)
	(99.369)	(85.921)
Receita de Construção - ICPC 01	6.943	4.047
(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:		
	31/12/2017	31/12/2016
Gás automotivo	(30.083)	(24.432)
Gás combustível	(56.472)	(50.110)
Gás residencial	(1.087)	(792)
Gás comercial	(1.564)	(1.109)
	(89.206)	(76.443)

25 Despesas comerciais

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(2.211)	(2.175)
Serviços de terceiros	(320)	(197)
Conversões de Clientes	(682)	(892)
	(3.213)	(3.264)

26 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	(9.634)	(9.428)
Serviços de terceiros	(1.248)	(1.221)
Gerais e administrativas	(1.084)	(921)
Aluguéis	(730)	(760)
Viagens e representações	(254)	(157)
Amortização	(464)	(486)
Tributárias	(1.350)	(1.178)
	(14.764)	(14.151)

27 Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
Outras Receitas Operacionais		
Indenizações e ressarcimentos	5	3.252
Ajuste variação preço do gás pago *	3.859	-
Outras receitas operacionais	472	-
Receita de penalidade contratual	374	420
	4.710	3.672

	31/12/2017	31/12/2016
Outras Despesas Operacionais		
Despesas de provisões	(191)	(574)
Ajuste variação preço do gás pago *	(782)	(3.056)
Despesa de penalidade contratual	(3.529)	(2.727)
Indenizações e ressarcimentos	(15)	(855)
Outras despesas operacionais	(403)	(29)
	(4.920)	(7.241)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.	(210)	(3.569)
---	--------------	----------------

* Ajustes da variação do preço decorrente da diminuição da quantidade de gás pago e não retirado utilizado como base para correção, operação esta viabilizada pela assinatura do aditamento nº 07, bem como a política de reajuste do preço do gás por parte da supridora.

28 Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	2.187	2.122
Juros/multas - Clientes	926	1.050
Outras receitas financeiras	233	253
	3.346	3.425

Despesas financeiras		
Juros sobre capital próprio	(4.209)	(3.942)
Juros e multas	(236)	(100)
Despesas bancárias	(40)	(39)
Descontos concedidos	(24)	(2)
Outras despesas financeiras	(657)	(570)
(-) Reversão Juros sobre capital próprio	4.209	3.942
	(957)	(711)

29 Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela ADENE (Agência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste) o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela ADENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	11.767	11.767	8.873	8.873
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	63	63	25	25
Provisões não dedutíveis	1.239	1.239	893	893
Reversão provisões	(-)	(-)	(293)	(293)
Reversão JSCP	(4.209)	(4.209)	(3.942)	(3.942)
(+/-). Outros	117	117	1	1
Total	8.977	8.977	5.557	5.557
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.220)	(808)	(1.365)	(500)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	54	-	33	-
(+/-). Outros	61	-	20	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.105)	(808)	(1.312)	(500)
(-) Incentivos fiscais SUDENE	1.402	-	909	-
Imposto de renda e contribuição social	(703)	(808)	(403)	(500)

30 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	10.256	7.968
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.554	1.528
Lucro/ação (R\$/mil)	6,60	5,21

31 Remuneração dos administradores

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 969 (R\$1.261 em 31/12/2016), compostos de três executivos da diretoria e cinco conselheiros. O valor da remuneração é fixado conforme deliberação em Assembléia Geral.

32 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2017, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	8.500
Total Segurado	22.000

33 Instrumentos financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser, aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

34 Eventos subsequentes

A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis será aprovada pela Diretoria da Companhia em reunião do dia 20 de fevereiro de 2018. Não se evidenciam eventos subsequentes que sejam significativos para divulgação das suas demonstrações de Dezembro de 2017.

João Pessoa, 31 de janeiro de 2018.

George Ventura Moraes
Diretor Presidente

Giovane Silva da Rosa
Diretor Administrativo Financeiro

Jaílson José Galvão
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO 2017

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS
João Pessoa - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo

em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes, com emissão de relatório datado de 03 de fevereiro de 2017 e sem conter modificações.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 31 de janeiro de 2018.



AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/T - O S-PB
Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 S-PB

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia 13 de março de 2018, na sede social da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS, situada a Av. Pres. Epitácio Pessoa, n.º 4756, Cabo Branco, João Pessoa, PB, realizou-se a 41ª reunião do Conselho Fiscal da PBGÁS para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social 2017 (Proposta DIREX nº 383/2018) e a proposta de Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2017 (Proposta DIREX nº 384/2018). Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal decide exarar o seguinte parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS procederam o exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e, com base no relatório dos auditores independentes emitido pela Audilink & Cia Auditores, sem ressalvas, em 31 de janeiro de 2018, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras, obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente a PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA AO CAD nº 384/2018, referendada pelo Conselho de Administração, através da ata da sua 173ª reunião realizada em 13 de março de 2018, referente à destinação do Lucro Líquido do Exercício, conforme segue:

	2017
Apresentação Lucro Líquido	R\$
Lucro Líquido do exercício	10.256.195,54
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(512.809,78)
(-) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal – SUDENE	(1.401.996,15)
Lucro à disposição dos Acionistas	8.341.389,61
Juros sobre Capital Próprio	4.209.293,88
Dividendo adicional à disposição da AGO	4.132.095,73

João Pessoa, 13 de março de 2018.

**VITOR HILL DE OLIVEIRA ALVES PESSOA
PAULO MÁRCIO SOARES MADRUGA
TACIANA DANZI OLIVEIRA AMARAL ALVES**